



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: Processo de Inexigibilidade nº 06/2014-008 SECULT

OBJETO: Contratação de empresa para realização das programações alusivas a festa do Dia do Professor e do Dia das Crianças, que serão realizadas nos dias 18 e 19 de outubro de 2014, através da Secretaria Municipal de Cultura, de Parauapebas - Pará.

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

No que tange à documentação necessária para a instrução do procedimento, verificou-se que foram apresentados:

1. A autorização para a realização da INEXIGIBILIDADE foi emitida pela autoridade competente, contendo a justificativa e a descrição clara do objeto, conforme artigo 28 da Lei nº 8.666/93;
2. Consta do processo, a declaração de adequação orçamentária e financeira, assinada pela autoridade competente;
3. Proposta pela empresa **LUARÁ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**;
4. Pesquisa de preços mediante a utilização contratações similares de outros eventos;
5. Os contratos de Direito da empresa **LUARÁ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, a representar exclusivamente na cidade de Parauapebas as bandas "PATATI E PATATÁ, PENINHA e XOTE XIQUE";
6. Justificativas da notória especialização da empresa e de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, permitindo inferir que o seu trabalho é indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato;
7. Foi apresentada documentação de Habilitação da empresa **LUARÁ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**;
8. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2

9. Consta nos auto do processo de inexigibilidade, o parecer emitido pela equipe de Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Parauapebas;
10. Encontra em anexo a Minuta do Contrato;
11. Foi apresentado parecer jurídico.



DA ANÁLISE

A inexigibilidade ocorre quando a circunstância de fato encontrada na empresa que pretende contratar impede o certame, a concorrência, a disputa, sendo comprovada a capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal do contratante. Assim faz com que a contratação com base nos casos de inexigibilidade necessite de justificativa, através de exposição de motivos circunstanciada assinada pelo agente responsável pela análise da viabilidade ou não da licitação, como menciona o artigo 25, inciso II e Parágrafo 1º da Lei 8.666-1993.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Após análise, faremos os seguintes apontamentos:

- Não consta nos autos a confirmação de autenticidade das certidões emitidas pela empresa LUARÁ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

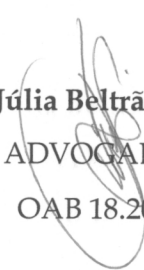



- Mister salientar a devida atenção à TODAS as recomendações do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município
- Por fim esta Controladoria Geral do Município destaca a necessidade de atualização na INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, no momento da assinatura do contrato, com a finalidade de comprovação de saldo orçamentário.

Ante o exposto, depois de sanados apontamentos acima, opinamos pela a homologação do processo pela Autoridade Competente e ADJUDICAÇÃO do objeto ao proponente, bem como pela expressa AUTORIZAÇÃO da realização da DESPESA e EMPENHO (art. 38, VII c/c art. 43, VI, da Lei 8.666/93), e assinatura do contrato (art. 64 da Lei 8.666/93) e sua respectiva publicação.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 15 de Outubro de 2014.


Júlia Beltrão Dias Praxedes
ADVOGADA
OAB 18.207-PA


Rayane Eliara de Souza Alves
AGENTE DE CONTROLE INTERNO
DEC. 2.123 DE 12-12-2013


Iany Coulinho Santos
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO